

# MOVIMENTOS DIALÓGICOS E FORMATIVOS:

outros olhares para  
a educação em prisões



Flávia Induzzi Passos  
Renata Duarte Simões

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

P289m      Passos, Flávia Induzzi, 1974-  
PasMovimentos dialógicos e formativos: outros olhares para a  
educação em prisões / Flávia Induzzi Passos. - 2024.  
51 p.

Orientadora: Renata Duarte Simões.

Produto Técnico-Tecnológico (Desenvolvimento de produto)  
(Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Escolarização no Sistema Prisional. 2. Pobreza. 3. Cidadania. 4. Negação de Direitos. I. Simões, Renata Duarte. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

---

**Autoria:** Flávia Induzzi Passos e Renata Duarte Simões (orientadora).

**Nível de ensino a que se destina o produto:** Educação Básica.

**Área de conhecimento:** Educação.

**Público-alvo:** Professores da Educação em Prisões.

**Categoria deste produto:** Desenvolvimento de *e-book* destinado à Educação em Prisões.

**Finalidade:** Auxiliar os profissionais da educação em prisões apontando possibilidades na estruturação de práticas educativas.

**Organização do Produto:** O produto está organizado em seções sintetizando os objetivos, metodologia, os conceitos teórico-epistemológicos da pesquisa e as intervenções pedagógico-educativas referentes à temática investigada.

**Registro de propriedade intelectual:** Ficha Catalográfica emitida pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

**Disponibilidade:** Irrestrita, desde que mantendo os direitos autorais, a citação da fonte e a não comercialização parcial ou integral por terceiros.

**Divulgação:** Digital e/ou impresso.

**URL:** Página do PPGMPE: [www.educacao.ufes.br](http://www.educacao.ufes.br)

**Processo de Validação:** Validado na banca de defesa da dissertação.

**Processo de Aplicação:** Aplicado durante o desenvolvimento de pesquisa realizada para o Programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, por meio de movimentos dialógicos e formativos desenvolvidos com os alunos de duas turmas multisseriadas do Centro de Detenção Provisória de Serra/ES.

**Impacto:** Alto. Produto elaborado a partir de problemáticas compartilhadas pelos alunos participantes e fundamentado nas vivências de sujeitos oriundos de contextos empobrecidos, de negação de direitos sociais básicos, inclusive educacional.

**Inovação:** Alto teor inovativo, uma vez que trabalha com problemáticas específicas desse coletivo de sujeitos empobrecidos e encarcerados e que não foram mencionadas em nenhum outro material pedagógico.

**Origem do Produto:** Dissertação intitulada *Escolarização no Sistema Prisional, Cidadania e Pobreza: diálogos com os alunos do Centro de Detenção Provisória de Serra/ES*.



“Fiz o possível por entender aqueles homens, penetrar-lhes na alma, sentir as suas dores, admirar-lhes a relativa grandeza, enxergar nos seus defeitos a sombra dos meus defeitos”  
(Ramos, 2022, p. 13, Memórias do cárcere)

“Os presos fazem parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes e privados de seus direitos fundamentais de vida”  
(Onofre, 2007, p. 12).

“Pobre, se for pensar bem, ele se mata. Eu trabalhava só pra sobreviver”  
(CD, 2022).

## QUEM SOMOS



**Flávia Induzzi Passos** é professora de Língua Portuguesa da rede estadual do Espírito Santo e Pedagoga da rede municipal de Serra. Possui especialização em Coordenação Pedagógica (Ufes, 2015) e Estudos da Linguagem: Língua e Literatura (Faculdade Saberes, 2017) e é Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Ufes. Atualmente é gestora escolar da rede estadual de ensino. Integra o Grupo de Estudos em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (Lagebes/Ufes).



**Renata Duarte Simões** é professora adjunta no Departamento de Linguagens, Cultura e Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (DLCE/Ufes) e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGMPE/Ufes); mestra em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP, 2005); doutora em História da Educação e Historiografia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp, 2009); pós-doutora em História da Educação e Historiografia pela Faculdade de Educação da Usp (2013) e pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

# SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO	7
2 – METODOLOGIA	10
3 – DA INFÂNCIA AO CÁRCERE	14
4 – POBREZA, CIDADANIA E ESCOLARIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL	17
5 – COM QUEM DIALOGAMOS?	23
6 – DIALOGAR PRA QUÊ?	24
7 – AS CELAS DE AULA	26
8 – NOSSOS DIÁLOGOS	29
8.1 – Educação, pobreza e direitos humanos	30
8.2 – Educação, pobreza e cidadania	35
8.3 – Educação, pobreza e políticas sociais	37
8.4 – Educação, pobreza e reinserção social	41
9 – SEM ENCERRAR O DEBATE	45
REFERÊNCIAS	51

# APRESENTAÇÃO



Fruto das ações, reflexões e diálogos com os alunos do Centro de Detenção Provisória de Serra/ES, a ideia deste produto surgiu com a intenção de contribuir de forma significativa e prática para o entendimento dos processos (ou ausência) de escolarização para os privados de liberdade.

Destinado aos profissionais que atuam direta ou indiretamente na educação em prisões, propomos a publicação deste e-book, de cunho formativo e informativo, onde abordamos as características, necessidades e possibilidades de ações colaborativas e norteadoras da prática pedagógica no sistema prisional com o objetivo de potencializar os saberes e conhecimentos dos detentos.

Freire (1987) argumenta sobre a necessidade de ensinar o educando a pensar e a problematizar coletivamente sobre a sua realidade e, dessa forma, alcançar o conhecimento compreendendo-se como um

ser social: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”, afirma (Freire, 1987, p. 29). Parte-se, portanto, do pressuposto de que, uma vez conhecendo sua situação na sociedade, o sujeito resistirá à condição de oprimido, conhecerá a liberdade e lutará por ela.

Pensando na educação como um direito social e, a fim de ampliar a compreensão da realidade vivida por alunos privados de liberdade, elaboramos reflexões acerca das diversas relações estabelecidas entre a escolarização, a concepção de cidadania e a situação de pobreza e extrema pobreza em que vivem esses sujeitos, direcionando olhares do ponto de vista educacional e não jurídico ou moral.

### **Como desenvolver um projeto educacional que possibilite aos encarcerados o enfrentamento das condições de pobreza para o exercício pleno da cidadania?**

Este produto se materializa por meio dos movimentos dialógicos e formativos realizados com alunos do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos de uma unidade prisional com o intuito de entender, a partir da realidade social e educacional em que se encontram, como se dá o processo de escolarização no cárcere e como a histórica negação de direitos a esses indivíduos impossibilita o acesso à cidadania.

### **Como os alunos significam as aprendizagens que ocorrem no cárcere?**



Ademais, pretendemos que este e-book aponte para o desenvolvimento de uma educação problematizadora, libertadora e humanista, que, por meio de conteúdos contextualizados, planejados e mediados se constitua como instrumento de ressignificação na realidade vivida pelos privados de liberdade.



### Identificação da unidade prisional



Fonte: Sejus (2015).

# METODOLOGIA



Um problema de pesquisa geralmente está vinculado à realidade cotidiana e concreta dos sujeitos. Dessa maneira, o pesquisador não é e nem pode estar isolado do contexto que será pesquisado, mas inserido nele e provocado pela problemática que dele emerge.

O interesse em dialogar com os alunos de um Centro de Detenção Provisória e pesquisar a escolarização no sistema prisional, pobreza e cidadania se relaciona com a nossa formação acadêmica e a trajetória construída até aqui. Nesse sentido, a temática pesquisada faz parte do nosso exercício profissional diário, do contato permanente com toda a comunidade escolar e com as práticas pedagógicas da unidade de ensino voltadas à educação em prisões.

Para a concretização do trabalho, optamos pela abordagem qualitativa pois permite explorar em profundidade as experiências indivi-

duais e coletivas dos sujeitos pesquisados em um contexto em que a subjetividade e a complexidade das interações sociais desempenham um papel central.

O foco nas perspectivas dos presos possibilita a revelação de aspectos emocionais, psicológicos e culturais que seriam difíceis de captar através de métodos quantitativos. Além disso, a flexibilidade da pesquisa qualitativa permite que a investigação seja adaptada ao contexto específico das prisões, onde fatores como o ambiente restritivo e a dinâmica de poder podem influenciar fortemente as respostas dos participantes.

Para Ludke e André (1986) a abordagem qualitativa visa a apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo em seu contexto.

Na estruturação das intervenções com os detentos, optamos pela pesquisa-ação colaborativa, fundamentada pelo caráter participativo, colaborativo e dinâmico, possibilitando a participação direta dos sujeitos envolvidos. Apropriando-nos das contribuições de Franco e Pimenta (2018) entendemos que essa abordagem contribui para a democratização do conhecimento, pois envolve os pesquisados de maneira ativa e valoriza o conhecimento prático que emerge da experiência. Trata-se de uma pesquisa em que todo o processo é conduzido em coparticipação entre pesquisador e pesquisados.

A pesquisa-ação colaborativa não segue um único método rígido, mas adapta-se às necessidades e contextos específicos dos participantes.

Esse tipo de pesquisa é uma abordagem poderosa capaz de promover mudanças significativas em situações complexas. É especialmente eficaz em contextos em que a ação prática e a transformação social são tão importantes quanto a geração de conhecimento.

Tendo em vista que a metodologia da pesquisa vai além da simples análise da realidade e propõe intervenções concretas que podem levar a mudanças significativas, delineamos a composição dos movimentos dialógicos e formativos abordando quatro temáticas nucleares que se entrecruzam no decorrer da pesquisa.

EIXO TEMÁTICO	FORMADOR (A)
Educação, Pobreza e Direitos Humanos	João José Barbosa Sana
Educação, Pobreza e Cidadania	Ana Maria Petronetto Serpa
Educação, Pobreza e Políticas Públicas	Carlos Fabian de Carvalho
Educação, Pobreza e Reinserção Social	Renata Duarte Simões

Esses encontros tornaram-se espaço de produção de dados da pesquisa, a qual se deu pelos próprios sujeitos na participação coletiva e no decorrer de todo o processo. Nesse sentido, a pesquisa de campo ocorreu na sala de aula da unidade prisional em momentos formativos com a presença de um convidado especialista na temática abordada.

Os diálogos tecidos com os detentos são possibilidades, de acordo com Oliveira e Simões (2023, p. 16), de “[...] reflexão acerca das problemáticas que perpassam suas experiências de vida [...]” capazes de mudar as práticas utilizadas fomentando outros olhares para a educação em prisões.

# DA INFÂNCIA AO CÁRCERE

“Não tive como estudar, tive que trabalhar.  
la pra roça com meu pai colher cacau” (OT, 2022).



De forma geral, a história da educação no Brasil é complexa, pois, por muitos séculos, a escola e a escolarização estiveram voltadas apenas à elite. Nesse contexto, a população empobrecida, marginalizada e marcada por fenômenos historicamente determinados foi excluída do acesso aos direitos fundamentais básicos, entre eles, a educação.

Ao reconhecer os meios sociais nos quais esses sujeitos cresceram, Arroyo (2019, p. 19) traz para a reflexão “[...] a precariedade da vida, os sofrimentos, as humanidades ameaçadas [...]”, sugerindo um olhar crítico sobre as condições desiguais e as violações de direitos que afetam essas pessoas.

“Eu ia pra escola, não conseguia aprender, não me dava bem nas provas.  
A professora explicava e eu não entendia” (GT, 2022).

Compreendemos que ainda há, em nossa sociedade, a percepção de que, “[...] a maioria das crianças está condenada a não aprender e investir nelas parece perda de tempo”, afirma (Patto, 2015, p. 253). Ao fazer essa crítica, a autora chama a atenção para a necessidade de superar as crenças limitantes e transformar as condições de aprendizado daqueles que, diariamente, têm suas vidas ameaçadas.

Apesar dos avanços na política educacional das últimas décadas, a cultura brasileira ainda mantém o estigma social dos empobrecidos como sujeitos primitivos, anômicos, pouco inteligentes, violentos e com vocação para a marginalidade e a delinquência.

“Os padrões de poder, a justiça, a mídia representam a uns como humanos e os Outros como menos humanos”  
(Arroyo, 2019, p. 20).

Em nossos movimentos dialógicos, os depoimentos revelam que a muitos foi negada a oportunidade de aprender. Trajetórias de vidas marcadas pela desorganização familiar, pelo descaso, abandono e violências, impossibilitando o desenvolvimento cognitivo e emocional desses indivíduos. Histórias entrelaçadas pela pobreza, reflexo de formas degradantes de condição de vida humana na qual o Estado desempenhou e desempenha forte papel na produção dessas desigualdades.

“Eu fiquei sempre na 1ª série, quero sair dela” (JS, 2022).

Partindo da análise dos dados do sistema prisional brasileiro e os coletados em nossa pesquisa, os números revelam que 44,57% dos privados de liberdade não concluíram o ensino fundamental, criando um ciclo vicioso: a falta de educação leva à pobreza, e a pobreza, por sua vez, perpetua a falta de acesso a uma educação transformadora.



# POBREZA, CIDADANIA E ESCOLARIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL



[Clique aqui e acesse](#) o Plano Estadual de Educação nas Prisões.

Compreender o processo de escolarização no sistema prisional brasileiro é, antes de tudo, entendê-lo como um direito e não um privilégio. enxergar o outro como sujeito de direitos e deveres, conhecer seu território, sua trajetória de vida, suas condições sociais, políticas, culturais e econômicas é o primeiro passo na construção de uma educação cidadã dentro das prisões.

Nesta seção faremos uma síntese das possibilidades teóricas adotadas em nosso trabalho objetivando apresentar ao leitor as compreensões das categorias pobreza, cidadania e escolarização no sistema prisional, uma vez que os partícipes da nossa pesquisa tiveram suas vidas atravessadas pela negação de direitos. Para tal, dialogamos

com autores que analisam a questão da pobreza e da desigualdade social (Arroyo, 1995, 2011, 2019; Cararo, 2015; Yannoulas e Duarte, 2013; Yazbek, 2010), com pesquisadores que abordam o processo de negação da cidadania e a relação com a pobreza (Carvalho, 2010; Telles, 2013) e em estudos nas interfaces entre escolarização para privados de liberdade e o processo organizacional das unidades prisionais (Onofre, 2007, 2012; Julião, 2020; Foucault, 2002).

### **Pobreza: você tem fome de quê?**

“[...] A gente não quer só comida  
A gente quer comida, diversão e arte  
A gente não quer só comida  
A gente quer saída para qualquer parte

A gente não quer só comida  
A gente quer bebida, diversão, balé  
A gente não quer só comida  
A gente quer a vida como a vida quer [...]”

(Titãs, 1997).



Para iniciarmos o debate sobre a pobreza é necessário quebrar o paradigma de que seu conceito se refere à escassez de recursos financeiros para a aquisição de itens básicos de sobrevivência. O pensamento científico sobre pobreza e extrema pobreza varia de acordo com diferentes contextos e vem evoluindo ao longo do tempo.

Como um acontecimento historicamente enraizado na sociedade brasileira e com dimensões múltiplas, Cararo (2015) afirma que a

pobreza ultrapassa a questão econômica e se expande para a desigual distribuição de renda, a falta de acesso a serviços públicos básicos e a não garantia à participação social e política.

“[...] os pobres representam a herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade brasileira” (Yazbek, 2010, p. 153).

Assim, compreendemos que a pobreza e o empobrecimento se caracterizam como uma questão social resultado das desigualdades, da negação de direitos, da distribuição discrepante de bens materiais, de serviços, de bens culturais, de alimentação, de lazer, de trabalho, de saúde, de segurança e de escolaridade.

Os pobres têm um percurso escolar diferenciado, marcado pelo abandono, pela evasão, pela distorção idade/série, pela desistência do processo formativo por motivos variados que perpassam a reprovação, a necessidade do trabalho, o suporte à família e o desestímulo por acreditar que aquele lugar não lhes pertence.

Por essa razão, considerar a pobreza isoladamente impossibilita a compreensão da complexidade do tema. Daí a necessidade de avançar no pensar os sujeitos e a pobreza não apenas de forma individual, mas no coletivo.

Como forma de compreender melhor esse fenômeno multidimensional, sugerimos a leitura do texto “Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento” de Maria Carmelita Yazbek. [Clique aqui e acesse.](#)

“

**“[...] os presos têm direitos?”**

(CA, 2022)

”

Partindo do questionamento de um aluno detento, entendemos que a pobreza e a extrema pobreza criam barreiras significativas na capacidade de os indivíduos exercerem a cidadania. O impedimento da relação social dos sujeitos e o do exercício dos seus papéis como cidadãos, destacadamente dos alunos apenados, reforça a subalternização e a negação de direitos daqueles negligenciados pelo Estado.

Quando os indivíduos não têm acesso aos meios básicos de subsistência são impedidos de participar de forma igualitária na sociedade. A pobreza restringe a liberdade, o poder de escolha e a capacidade de participar ativamente na vida política e social.

Carvalho (2010) chama a atenção para o fato de que o exercício de alguns direitos não implica necessariamente o acesso imediato a outros, o que resulta na dificuldade em determinar a existência da cidadania plena em uma sociedade. A garantia de direitos no texto constitucional não os torna efetivos na prática. Para Bettim (2018, p. 41), “[...] a cidadania torna-se somente realidade efetiva à medida que os direitos são legalizados pelo Estado e legitimados pela sociedade civil”.

A democracia política vivenciada atualmente em nosso país não superou o problema da pobreza e extrema pobreza, persistindo a opressão social das comunidades empobrecidas, explicitando a incapacidade estatal em ressignificar o conceito de cidadania.

“[...] o enigma da pobreza está inteiramente implicado no modo como direitos são negados na trama das relações sociais” (Telles, 2013, p. 21).

O conceito de cidadania tem uma evolução histórica complexa, moldado por diversas culturas, sociedades e eventos ao longo dos séculos. Cada época produziu práticas e reflexões muito distintas, incorporando em si as várias transformações produzidas ao longo do tempo. Entendendo que vivemos em um país mergulhado no cotidiano de exceção, os problemas históricos retardam a vivência plena da cidadania.

“

**“[...] Não temos emprego, falta qualificação”**

(JS, 2022)

”

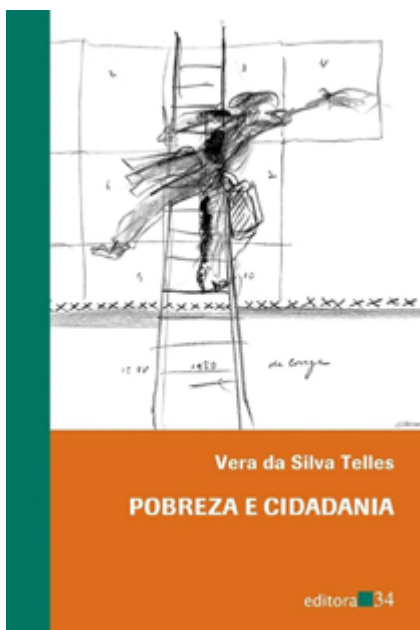
Destacamos que a educação é, antes de tudo, um direito universal que deve ser assegurado a todas as pessoas, independente da condição social. Em nosso país é garantida pela Constituição Federal de 1988 (art. 205) e, no que se refere à escolarização prisional, pela Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210/1984 (arts. 17 e 18), possibilitando aos detentos o acesso à educação e permitindo que, além do trabalho, o estudo contribua para a diminuição da pena com a contagem de um dia a menos para cada 12 horas de estudo em qualquer nível de ensino.

A relevância da escolarização prisional como instrumento de conscientização e desenvolvimento de habilidades é notória no sentido de auxiliar os custodiados no processo de reconstrução social. Os sujeitos que não tiveram oportunidade de escolarização na idade certa enfrentam desafios significativos que contribuem para a marginalização e dificultam a reintegração social

A partir dos diálogos estabelecidos com os alunos, entendemos que se faz necessário um processo de escolarização no qual os custodiados reflitam e entendam que há possibilidades de se colocarem no mundo de outro modo, diferente daquele que os fez estar ali.

“[...] a frequência na escola é uma possibilidade de ascenderem socialmente” agindo como “[...] possibilidade de galgar posições sociais diferentes das que ocupavam anteriormente à prisão” (Onofre, 2007, p. 22).

À escola nas prisões, cabe o papel de acompanhar os educandos no caminho dessa humanização .



Aprofunde:  
Obra que nos faz refletir a  
pobreza como destituição  
de direitos.

## COM QUEM DIALOGAMOS?

Com 29 alunos matriculados em duas turmas do ensino fundamental séries iniciais de um centro de detenção provisória, pública, masculina com capacidade para 548 apenados e com população carcerária de 1031;

Turmas compostas por alunos tipificados nos artigos de violência sexual;

Escola Estadual Professora Adevalni Azevedo como Referência;

75,86% dos alunos com idade entre 31 e 50 anos;

82,76% se autodeclararam pardos e pretos;

Apenas 58,62% tiveram contato com a escola até a (antiga) 2ª série;

Com profissões que requerem baixa escolarização.



# DIALOGAR PARA QUÊ?

[...] nada se pode conhecer do que nos interessa (o mundo afetivo) sem que sejamos parte integrante, 'actantes' na pesquisa, sem que estejamos verdadeiramente envolvidos pessoalmente pela experiência, na integralidade de nossa vida emocional, sensorial, imaginativa, racional. É o reconhecimento de outrem como sujeito de desejo, de estratégia, de intencionalidade, de possibilidade solidária [...] (Barbier, 2007, p. 71).



Entendendo que o pesquisador deve interagir com o objeto de estudo de maneira aberta e receptiva, buscando compreender suas complexidades, contradições e nuances, buscamos compreender a rotina da escola dentro da unidade prisional e os modos de organização dos trabalhos desenvolvidos naquele espaço. Observamos e conversamos com os estudantes participantes da pesquisa no intuito de criar uma aproximação.

Essa foi uma etapa imprescindível à composição do trabalho, pois nos inserimos de forma mais direta na relação com os alunos e pas-



samos a vivenciar, com eles, o cotidiano escolar. Estávamos presentes ali, naquela realidade complexa, cinza e fria,

“[...] diante dos dilemas e das contradições do ideal educativo e do real punitivo, de tantos fatores que obstaculizam a formação para a vida social em liberdade, longe das grades [...]” (Onofre, 2007, p. 14).

Nesse sentido, compartilhamos a seguir um recorte das experiências vividas no espaço/tempo de uma “cela de aula”: relatos de sujeitos marcados por perdas, exclusões e privações.

# AS CELAS DE AULA



Fizemos uma analogia entre “celas de aula” e a realidade educativa em ambientes restritivos com o intuito de destacar a necessidade urgente de transformar esses espaços. Entendemos, a partir das experiências in loco, que o modelo de sala de aula adaptada para um contexto de encarceramento revela muitos desafios e limitações tanto para os professores quanto para os alunos. Assim, refletimos que,

um **ambiente controlado e restritivo** tende a limitar a liberdade de expressão e o desenvolvimento criativo dos alunos, dificultando o processo de aprendizagem, pois não oferece um espaço estimulante e acolhedor;

uma **sala pequena, claustrofóbica, sem iluminação e ventilação natural, localizada no acesso às galerias** causa um im-

pacto negativo significativo sobre o bem-estar físico e psicológico de alunos e professores. O ambiente físico da sala de aula é um fator crucial para a concentração, o conforto e a saúde mental dos sujeitos;

a **falta de formação e capacitação docente** agrava os desafios educacionais, especialmente em contextos em que os alunos têm necessidades específicas ou vêm de realidades complexas. A capacitação é fundamental para que os docentes possam lidar com essas condições e oferecer um ensino adaptado e inclusivo;

a **limitação de recursos pedagógicos** torna o ensino mais engessado e menos atrativo. O uso de materiais variados, como livros, recursos digitais e tecnologias, é essencial para diversificar as formas de ensino e alcançar alunos com diferentes estilos de aprendizado;

o **acesso à tecnologia** é uma ferramenta essencial para democratizar a educação e oferecer novas oportunidades de aprendizado. Sem isso, os alunos são privados de uma parte significativa da educação contemporânea, que depende da integração com recursos digitais e acesso à internet;

a **ausência de suporte adequado para o aluno detento com necessidades especiais** não só compromete o aprendizado, mas também viola o direito à educação inclusiva;

os **diversos níveis de escolarização** em uma mesma turma exigem um planejamento didático adaptado, com estratégias

diferenciadas de ensino. Quando essa diversidade não é adequadamente abordada, o aprendizado torna-se ineficaz para alguns, reforçando a desigualdade;

um aspecto essencial da educação prisional é **preparar os alunos para o futuro e a vida em liberdade**. Quando as salas de aula são transformadas em “celas”, o ensino perde sua capacidade de promover autonomia, pensamento crítico e as habilidades necessárias para uma vida plena fora do ambiente restritivo.

“[...] a melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submete é a seguinte: não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa” (Freire, 1995, p. 96).

# NOSSOS DIÁLOGOS



Ao abordar as vivências “extra e intramuros” dos privados de liberdade, depreendemos que uma pesquisa de caráter social se concentra em compreender e discutir as complexas dinâmicas da vida em sociedade.

Percebemos que, ao adentrar à unidade prisional e dialogar com as realidades concretas dos encarcerados, construiríamos pontes de saberes e emancipação que, para Barbier (2007), trata-se de reconhecer o outro como sujeito detentor de desejo, intenção e possibilidades de participar solidariamente no existir coletivo.

Buscamos considerar, a todo momento, que em cada entrada naquele espaço,

[...] é preciso estar sintonizado com a contradição e permanecer neutro, pois as realidades da detenção são multifacetadas; há de se ter presente que o significado de qualquer situação é sempre um complexo de pontos de vista, muitas vezes conflitantes, e que é na divergência que se começam a ver os aspectos significativos da estrutura social da prisão (Onofre, 2007, p. 15).

Identificamos ainda, que os contextos de vida dos alunos detentos devem servir de base para delinear a prática pedagógica no alcance da sua autonomia e contribuir com o processo de desprisionalização.

Nesta seção, compartilharemos um pouco das experiências vividas nos movimentos dialógicos sintetizando os pontos significativos que compõem a base da nossa investigação, narrativas e impressões que nos desafiam a buscar práticas com potencial transformador e de rompimento dos ciclos de exclusão.

## Educação, pobreza e direitos humanos

No primeiro movimento, começamos a conversar sobre as histórias de vida dos alunos a partir da leitura de um recorte do texto da Declaração dos Direitos Humanos.

Todos nascemos livres e somos iguais em dignidade e direitos.  
Todos temos direito à saúde e assistência médica e hospitalar.  
Todos temos direito à instrução, à escola, à arte e à cultura.  
Todos temos direito de não sofrer nenhum tipo de discriminação.  
Ninguém pode ser torturado ou linchado. Todos somos iguais perante a lei.

Destacamos a expressão de emoção de um aluno com os olhos marejados ao entender, talvez, pela primeira vez, que independente da sua condição, possui direitos fundamentais.

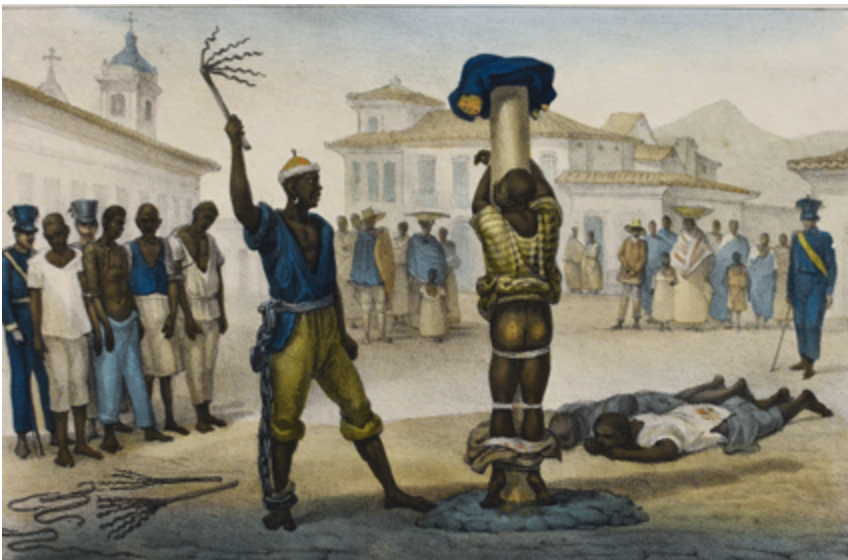
O questionamento do formador quanto ao entendimento dos alunos como sujeitos de direitos provocou respostas que evidenciaram a

incerteza quanto à legitimidade das garantias universalmente conquistadas, demonstrando que muitos alunos nunca haviam refletido sobre seus direitos, o que atribuímos à ausência de escolarização formal ao longo da vida.

As falas durante os diálogos revelaram as condições precárias da vida na prisão e os paralelos históricos que remetem à escravidão no Brasil colonial. A exposição da pintura Aplicação do Castigo do Açoite, de Jean-Baptiste Debret, provocou a reflexão sobre as violências sofridas pelos escravizados e o seu eco no sistema prisional contemporâneo.

A pintura retrata a punição física de um homem negro em praça pública, observado por guardas e curiosos, o que simboliza a violência institucionalizada e normalizada contra os marginalizados.

#### Aplicação do castigo do açoite



Fonte: Tela de Jean-Baptiste Debret (século XIX).

Ao relacionar essa cena histórica com a vida atual dos presos, os encarcerados reconheceram a continuidade dessa lógica de desumanização. Muitos depoimentos revelaram que, assim como os escravos

eram punidos publicamente e tratados como propriedade, muitos presos sentem-se vítimas de um sistema que ainda os vê como inferiores, indignos de direitos básicos. O paralelo entre os castigos físicos e a violência no cárcere atual se torna evidente: prisões superlotadas, condições degradantes e tratamentos desumanos perpetuam a marginalização dos mais pobres.

Arroyo (2019) destaca que a desumanização desses sujeitos reflete uma falha profunda no reconhecimento dessas vidas como “dignas de serem vividas”. A continuidade histórica desse processo demonstra que, mesmo com os avanços formais, a estrutura de controle social permanece excludente e repressiva, principalmente para os mais pobres e negros que, frequentemente são os escolhidos para preencher as vagas no sistema prisional (Ferreira, 2010).

Essa reflexão levanta a necessidade de reavaliar o papel das prisões e a persistência de práticas violentas e desumanas, enraizadas em uma cultura de controle social que trata certos grupos como mais propensos à criminalidade e menos merecedores de dignidade e respeito.

“Os presos precisam ter direitos” (CA, 2022);  
“Na prisão, não são cumpridos (os direitos)” (AC, 2022);  
“Muitos direitos são desrespeitados” (JS, 2022).

Entendemos que esse “[...] sobreviver precarizado [...]” (Arroyo, 2019, p. 10), denota a desumanização presente na cultura das prisões, amenizada pela experiência de interação no ambiente escolar.



Os diálogos revelaram ainda quadros de pobreza, extrema pobreza, violência, abandono e precarização da vida como os principais motivos da não escolarização na idade certa, na qual o trabalho precoce se tornou o único caminho possível para a sobrevivência desses sujeitos.

“Nasci na roça, morávamos muito longe, a 35 km da cidade. Eu ia pra escola e não aprendia nada por causa da fome. Cresci mais e fui pra roça trabalhar, larguei a escola” (RB, 2022).

“Não estudei por conta do meu pai que abandonou a mãe. Precisei trabalhar” (OT, 2022).

A apresentação da imagem *Negros no Fundo do Porão*, de Johann Moritz Rugendas, gerou uma resposta imediata e contundente dos alunos ao relacionarem o quadro à sua própria realidade na prisão: “*Parece nois na cela*”, ressaltado a perpetuação de condições desumanas que atravessam séculos.

### Negros no fundo do porão



Fonte: Obra Voyage Pittoresque dans le Brésil (1835).

A comparação entre o porão do navio negreiro e a cela prisional denuncia a continuidade histórica da desumanização dos corpos precarizados: espaços pequenos, sem ventilação, superlotação, condições mínimas de higiene básica, violando o princípio primordial de dignidade humana.

“Uns dormiam e outros não conseguiam deitar” (NB, 2022).  
“A gente fica suando” (AM, 2022).

Essa análise evidencia que a relação entre escravidão e prisão não é meramente simbólica, mas estrutural. Tanto a escravidão quanto o sistema prisional contemporâneo operam como mecanismos de controle social, especialmente sobre os corpos pobres e negros. Ao trazer essas questões à tona, o formador promoveu um debate crucial sobre as raízes históricas da exclusão e sobre a necessidade de transformar a lógica punitiva que rege tanto o passado quanto o presente, permitindo que vidas marginalizadas sejam reconhecidas em seus direitos.

As falas dos alunos revelaram um histórico de opressão, pobreza, trabalho infantil, abandono e a ausência de escolarização formal. Muitos expressaram arrependimento por não terem estudado na idade certa, apontando barreiras sociais e pessoais que impediram seu acesso à educação.

Com uma abordagem inclusiva e acolhedora, debatemos a perpetuação dos ciclos de violência familiar e institucional refletindo que a agressividade presenciada ao longo da vida pode ser desconstruída através da educação e da reflexão.

A partir dos movimentos dialógicos, entendemos a importância da escolarização formal como instrumento de emancipação, destacando o papel da escola no cárcere como possibilidade de repensar as relações e a vida em sociedade e oportunidade de reescrever a própria história.

## **Educação, pobreza e cidadania**

O segundo movimento foi mediado pela professora Ana Maria Petronetto Serpa que, apesar do receio inicial em participar dos diálogos por não estar habituada ao ambiente prisional, conduziu o encontro de forma leve e empática. Com a temática centrada na pobreza e extrema pobreza brasileira, analisou como o preconceito racial e social se destacam como uma triste herança deixada pelos 350 anos de escravidão no país.

Citando autores como Yazbek (2010) e Telles (2013), pontuamos que a ausência do Estado na vida dos pobres os mantém marginalizados, sem escolarização, qualificação ou emprego, o que resulta em uma dependência benevolente e assistencialista, gerando inúmeros preconceitos sociais em desfavor desses indivíduos.

Tendo como base o texto “Pobreza”, de Edgar Morin (2015), entendemos que a pobreza não se limita à falta de recursos financeiros,

mas também à “pobreza relacional”, que se manifesta na ausência de laços sociais e apoio emocional.

“As pessoas pobres das sociedades tradicionais dispõem de meios para lutar contra a miséria, meios esses que residem justamente nas riquezas relacionais, conviviais e solidárias de suas culturas” (Morin, 2015, p. 150).

Reforçamos essa ideia ao afirmar que a pobreza não envolve somente uma questão de sobrevivência econômica, mas também de criação de conexões sociais. Essa “pobreza relacional” se refletiu nas falas dos presos que relataram sentimentos de abandono e isolamento por parte de suas famílias.

“Estamos esquecidos” (JB, 2022);

“Nunca tive visita de ninguém da minha família, não sei se estão passando fome, como estão vivendo” (JB, 2022);

“Minha primeira visita foi só depois de dois anos e oito meses” (LR, 2022);

“Não podemos fazer ligação” (WS, 2022).

A falta de visitas, de contato externo e o isolamento no sistema prisional são vistos como formas de exclusão e negação de direitos humanos. A criação e a manutenção de laços sociais, portanto, são essenciais para evitar esse afastamento.

“A dissolução dos laços de solidariedade cria as condições de miséria”  
(Morin, 2015, p. 15).

O diálogo suscitou nos alunos a consciência de que muitos deles desconhecem que os indivíduos são moldados pelos *condicionantes sociais*. Ressaltamos que uma sociedade marcada pela desigualdade, intolerância e falta de afeto produz diversas formas de violência. A pobreza, a negação de direitos e o não exercício da cidadania estão diretamente relacionados à forma como o Estado, gerador de injustiças, administra essas mesmas injustiças.

Apesar desse cenário, a educação foi apresentada como uma das possíveis vias para reduzir a violência. Enfatizamos que a educação deve ser vista não apenas como um direito humano, mas como um investimento estratégico no bem-estar social e na segurança pública. A luta pela conquista de direitos depende da organização e mobilização social, refletindo a importância da ação coletiva como meio de transformação.

## Educação, pobreza e políticas sociais

O terceiro movimento, ao contrário dos anteriores, foi realizado em uma sala externa às galerias: mais ampla, arejada e com iluminação natural. Notamos que a porta permaneceu aberta todo o tempo, sendo fechada apenas a grade que a protege, tornando o ambiente mais leve, menos tensionado, mais favorável ao aprendizado e menos opressor.

Destacamos a chegada dos alunos ao local: enfileirados, com as mãos para trás e cabeça baixa, indicando o controle físico e psicológico exercido pelo sistema prisional na vida dos apenados (Foucault, 2002). As mesmas roupas, a mesma comida, o mesmo corte de cabelo, denotando um processo de invisibilização de identidades.

A dinâmica conduzida pelo formador teve como objetivo conhecer os alunos e promover reflexões sobre suas trajetórias de vida. Assim, ao se apresentarem, destacaram uma característica pessoal, o que resultou em relatos cheios de sensibilidade e introspecção. Da habilidade em compor louvores aos exemplos de resiliência, evidenciamos a criatividade como uma forma de libertação mental, mesmo em um ambiente de privação de liberdade.

Como parte da abordagem pedagógica para o aprofundamento do diálogo, algumas imagens foram expostas indicando um convite à reflexão:

### Morro



Fonte: Google Arts & Culture.

A obra de Cândido Portinari retrata o cotidiano das pessoas empobrecidas na década de 1930, assim como a falta de infraestrutura e saneamento, aspectos se mantêm visíveis nos dias de hoje.

“[...] É uma coisa real, de hoje em dia, pessoas simples, mulheres trabalhando, com lata d’água na cabeça. Já estive em lugarzinho assim” (MA, 2022).

Ressalta, ainda, o contraste entre a área nobre das cidades e as comunidades vulneráveis que, mesmo com as mudanças políticas e sociais ocorridas ao longo das décadas, têm a pobreza como um problema estrutural não enfrentado adequadamente pelo poder público.

Embora o Brasil tenha avançado em termos de direitos e participação política, a pobreza continua sendo um tema pouco discutido em termos de igualdade e justiça.

### Festa junina



Fonte: Google Arts & Culture.

Com a simplicidade e a alegria retratadas na obra de Heitor dos Prazeres, destacamos a importância do coletivo nas conquistas sociais, enfatizando que a verdadeira comunidade se constrói a partir da garantia de direitos fundamentais. Esse pensamento ecoa as ideias de Rego e Pinzani (2015), quando argumentam que a inclusão de pessoas em situação de pobreza deve ir além da dimensão econômica, integrando-as no corpo político da sociedade, onde elas se veem como cidadãos com direitos e deveres.

A parte prática do diálogo aprofundou esse conceito ao engajar os alunos em uma atividade de colagem formando a palavra “dignidade”. A escolha de cores e a criação de um mosaico a partir de pequenos fragmentos de papel ilustraram como a organização coletiva pode transformar algo aparentemente sem valor ou sem sentido (os pedaços soltos de papel) em algo significativo. Da mesma forma, a construção de uma vida digna depende da organização social, da mobilização coletiva e da capacidade de ressignificar conceitos e direitos, especialmente em um contexto de exclusão e vulnerabilidade.

As atividades desse movimento perpassaram por momentos que vão além do conhecimento acadêmico, oferecendo um espaço de escuta, autorreflexão e ressignificação das experiências de vida. O formador, como historiador, trouxe a perspectiva de que a história não oferece retorno, mas sim a oportunidade de aprender com os erros e fazer escolhas melhores no presente. A ideia de “ajustes” nas trajetórias de vida sugere que cada decisão pode abrir ou fechar novos caminhos, alterando o curso da história pessoal.

Que tipo de sociedade queremos construir?



Sugerimos que a resposta para essa questão está na atuação de cada indivíduo no seu ambiente, buscando a coletividade como um meio de transformação. Reforçamos que uma maneira efetiva para os empobrecidos enfrentarem a violência estatal é através da educação continuada. A escolarização, assim, é vista como uma via de resistência e de emancipação social.

## Educação, pobreza e reinserção social

O último movimento dialógico explorou o conceito de pobreza e sua relação com a educação e à reinserção social. Para a formadora Renata Duarte Simões, a ausência de educação formal contribui para o desconhecimento e a desinformação, negando aos indivíduos o entendimento e o acesso aos seus direitos. Além disso, evidenciamos que a compreensão sobre pobreza e desigualdade precisa ser ampliada, especialmente entre aqueles que estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade social e prisional.

“Alguém é pobre porque quer?” (JP, 2022).

A concentração de riquezas nas mãos de poucos e a má distribuição de renda, que marcam a desigualdade social, agravam o problema da pobreza (Cararo, 2015).

Refletimos como a desigualdade limita o acesso a bens materiais, educação, cultura e oportunidades de emprego, e o impacto dessa negação no sistema penitenciário brasileiro que, historicamente, tem como alvo os segmentos mais pobres da população. Nesse cenário de exclusão social, o sistema prisional é visto como consequência das falhas sistêmicas e ineficazes das políticas sociais.

“A gente não tem oportunidade, sem estudo ficamos para trás” (AC, 2022).

Apresentamos imagens que retratam as condições precárias a que grande parte da população brasileira é submetida, reforçando o entendimento de que a desigualdade é um obstáculo estrutural que impede a ascensão social e a dignidade dos mais vulneráveis.

### Contextos empobrecidos



Fonte: Arquivo da formadora.

A narrativa de um aluno que passou fome durante dois anos quando criança ilustra a precariedade extrema a que muitas pessoas são submetidas, retratando uma infância marcada pela busca da sobrevivência e pela ausência de direitos fundamentais. Essa história que se soma às imagens apresentadas, que mostram a falta de saneamento básico, crianças vivendo nas ruas expostas à fome e ao risco, reforça as marcas físicas e emocionais que acompanham os indivíduos ao longo de suas vidas.

“[...] as vidas ameaçadas vêm da infância, prosseguem na adolescência e culminam em vidas ameaçadas, injustas na sua juventude e vida adulta” (Arroyo, 2019, p. 42).

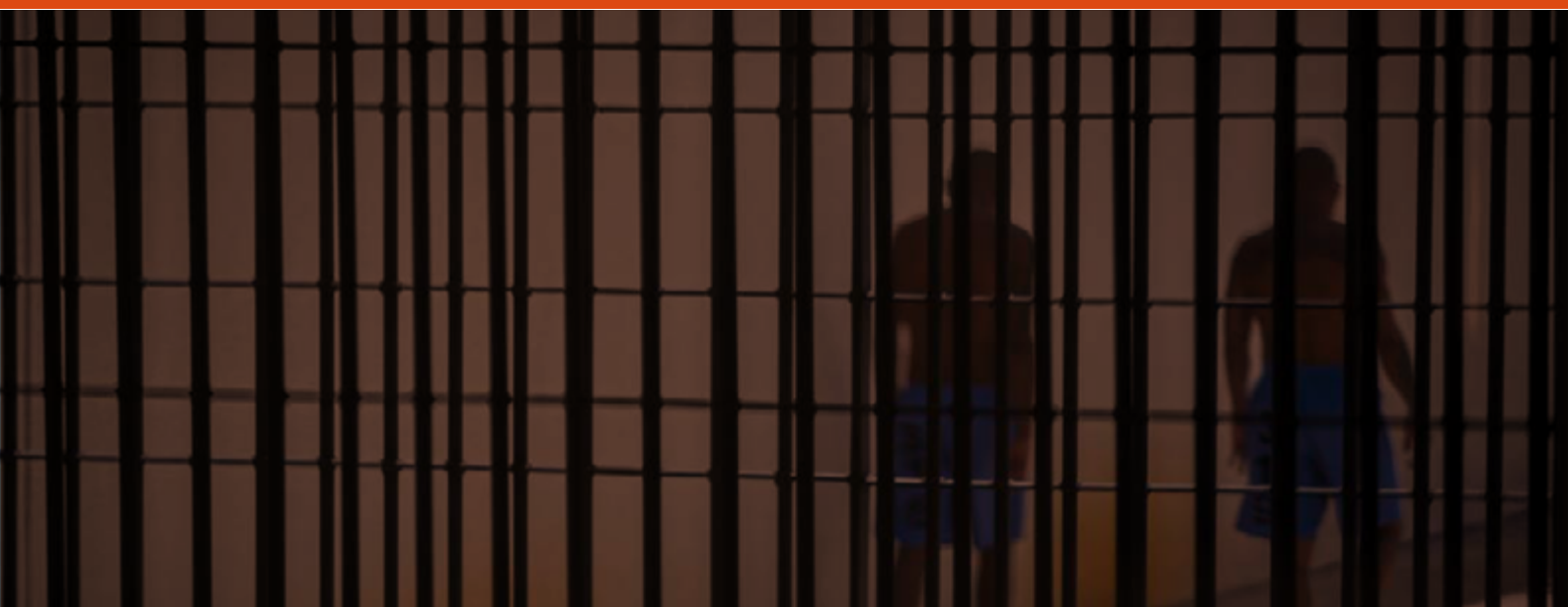
A formadora defende que a educação é uma via de transformação para a população encarcerada, sendo uma das poucas oportunidades de acesso a um espaço de reflexão, aprendizado e construção de novos caminhos.

As ações propostas pelos movimentos dialógicos revelaram a necessidade de apoio constante para que os alunos possam participar ativamente, dada a complexidade do contexto de privação de liberdade. A dificuldade em compreender a estrutura das atividades reflete a necessidade de adaptação pedagógica às realidades e vivências dos custodiados.

Concluimos que, em vez de promover a recuperação e a inclusão, o sistema prisional se coloca como uma extensão das políticas que

criminalizam a pobreza e retrocedem no campo da cidadania. Nesse cenário, os sujeitos são dotados de saberes e histórias de vida que demandam pedagogias e abordagens educativas que reconheçam suas trajetórias de exclusão e os ajudem a construir novas perspectivas de vida.

# SEM ENCERRAR O DEBATE



A partir dos movimentos dialógicos, compreendemos que a escolarização no sistema prisional representa uma importante ferramenta no enfrentamento das várias formas de exclusão e negação de direitos que, historicamente, marcam a vida dos indivíduos que chegam ao cárcere. A reflexão sobre **os sujeitos que chegam à prisão** revela um quadro complexo e preocupante relacionado às questões sociais, educacionais e de direitos humanos:

Empobrecidos, pretos e jovens;  
Escarização não iniciada ou incompleta;  
Histórico processo de exclusão e destituição dos direitos;  
Não acesso à escolarização na idade certa;  
Estigmatizados e invisíveis à sociedade.

Essas características destacam as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade e ressaltam a necessidade urgente de uma

abordagem mais humana e inclusiva nas políticas sociais e educativas. A interseccionalidade da pobreza, raça e juventude aponta para a necessidade de um sistema de justiça que não apenas puna, mas busque reintegrar. Investir em educação e apoio social desde a infância é essencial para quebrar o ciclo de exclusão, desafiar as estruturas de opressão que perpetuam a criminalização e a marginalização de grupos vulneráveis.

Notamos que a educação em prisões é um campo cheio de desafios e especificidades que refletem as condições sócio-históricas e culturais dos sistemas prisionais, **apresentando como características:**

Educação para a remição de pena;  
Fuga da ociosidade;  
Espaços/tempos improvisados;  
Currículo fragmentado e infantilizado;  
Rotatividade dos alunos;  
Escolarização como privilégio;  
Conteúdos descontextualizados;  
Descontinuidade da escolarização.

A educação em prisões, de fato, enfrenta inúmeros desafios que refletem tanto as condições do sistema prisional quanto a própria história de exclusão e marginalização das pessoas encarceradas. Essas características refletem tanto as limitações da infraestrutura das prisões quanto os desafios emocionais e sociais enfrentados pelos detentos.

Para que a educação desempenhe efetivamente um papel na ressocialização e na redução da reincidência, é essencial que sejam realizadas reformas que visem melhorar a qualidade do ensino, garantir

o acesso a uma educação digna e valorizada, e preparar os detentos para uma reintegração plena na sociedade. Dessa maneira, **projetamos para a educação em prisões** uma mudança na abordagem capaz de transformar a experiência do encarceramento em uma oportunidade de aprendizado:

Cidadãos e sujeitos de direitos;  
Interpretação da realidade do espaço prisional;  
Potencialização dos saberes e conhecimentos dos alunos;  
Acesso e permanência;  
Entrelaçamento entre educação e humanização.

A educação prisional, apesar dos desafios, pode ser uma ferramenta poderosa de resistência e reconstrução das subjetividades dos detentos. Ela tem o poder de humanizar aqueles que estão em um sistema desumanizador, oferecendo uma oportunidade para que os presos se vejam como sujeitos ativos de suas vidas e de seus futuros.

Por meio da conscientização dos direitos, da interpretação crítica da realidade carcerária, da valorização dos saberes individuais e da garantia de acesso e permanência no sistema educacional, a escola nas prisões pode se tornar um espaço de libertação — não necessariamente física, mas intelectual e emocional. Essa experiência, portanto, é o caminho que acreditamos ser a **construção de uma educação emancipadora**:

Adequação do espaço/tempo;  
Acesso e permanência  
Diálogo intersetorial;  
Formação continuada específica para os profissionais da educação prisional;  
Currículo direcionado aos processos de humanização;

Acolhimento e autoemancipação;  
Planejamento pedagógico;  
Educação acrítica e acolhedora;  
Reconstrução das identidades;  
Desconstrução das violências.

A construção de uma educação emancipadora dentro do sistema prisional exige uma abordagem ampla e integradora, que vá além do simples ensino de conteúdos prontos. Ela precisa abordar a totalidade do ser humano, promovendo o autoconhecimento, a autoemancipação e a reconstrução de identidades, ao mesmo tempo em que combate as violências estruturais e cria um espaço de acolhimento e dignidade. Para que essa educação seja eficaz, deve contar com profissionais capacitados, currículos humanizadores, diálogos intersetoriais e estratégias pedagógicas inclusivas que valorizem as vivências dos presos e os preparem para uma reintegração social mais plena e consciente.

Os movimentos dialógicos realizados com os alunos do Centro de Detenção Provisória de Serra destacam a importância fundamental da educação como ferramenta de transformação em contextos de privação de liberdade. A educação, nesse caso, não apenas se mostra como um instrumento para o desenvolvimento intelectual, mas também como um meio de empoderamento social, permitindo aos detentos não só adquirir novos conhecimentos, mas também refletir sobre a realidade e reivindicar direitos.

Esses movimentos demonstraram que, mesmo em ambientes adversos e restritivos, a educação pode ser um espaço de resistência e transformação. Ao proporcionar a escolarização e o diálogo, o siste-



ma prisional pode se tornar um local onde os presos se reconectam com suas identidades como sujeitos de direitos, capazes de reivindicar a própria dignidade e traçar novos caminhos para o futuro, rompendo com os ciclos de pobreza e exclusão que os trouxeram até ali.

**Quer aprofundar um pouco mais na temática?**

**[Clique aqui](#) e acesse nossa dissertação de mestrado.**



## Memórias



As autoras com Ana Petronetto



As autoras com João José



Área externa da unidade prisional



Vista externa da quadra de esportes

## Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Vidas ameaçadas**: exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

BARBIER, Renée. **A pesquisa-Ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BETTIM, Niúra Silva. **Educação para a cidadania**: possibilidades de reintegração da pessoa encarcerada. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Brasília: Casa Civil, 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 26 set. 2021.

CARARO, Marlene de Fátima. **O Programa Mais Educação e suas interfaces com outros programas sociais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social**: intenções e tensões. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERREIRA, Angelita Rangel. **Crime-prisão-crime**: o círculo vicioso da pobreza e a reincidência no crime. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido. **Pesquisa em educação**: a pesquisa-ação em diferentes feições colaborativas. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. RJ: Bertrand Brasil, 2015.

OLIVEIRA, Flávio Gonçalves de; SIMÕES, Renata Duarte. **A escola fala muito da gente, mas não fala com a gente: movimentos culturais com jovens em contextos empobrecidos**. 2023. E-book (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EduFSCar, 2007.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4. ed. São Paulo: Editora Intermeios, 2015.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 54. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Pobreza e Cidadania. In: BRASIL. Ministério da Educação. Material Didático Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. **Módulo I** [Recurso eletrônico on-line]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/modulo1.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2024.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP/Editora 34, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço social e pobreza. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, 153-154, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/01.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.